

# **Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. e Controladas

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## *Reconhecimento de receita*

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12 e nº 18 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia e de suas controladas decorre substancialmente do fornecimento e do suprimento de energia elétrica. As controladas da Companhia são responsáveis pela construção, operação e manutenção de empreendimentos de geração eólica, cujos contratos negociados no leilão de longo prazo foram estabelecidos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica. Mensalmente, a Administração compara a quantidade de energia de referência (assegurada) nos contratos e a quantidade de energia efetivamente gerada, registrando, dessa forma, um ativo ou passivo contratual (ajustes contratuais). Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em virtude da existência de um risco de erro material pelo não reconhecimento adequado desses ajustes contratuais e/ou pelo seu reconhecimento em período incorreto. Dado o potencial impacto que tal assunto poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita de acordo com o período de competência, (ii) exame documental de todos os contratos de longo prazo de compra e venda de energia com o objetivo de avaliar sua substância econômica em relação às atividades da Companhia e o adequado tratamento contábil, (iii) recálculo dos ajustes contratuais, de acordo com o predisposto nos contratos de energia; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, na avaliação da documentação-suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios para reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentadas para fins de comparação*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 31 de março de 2017, o qual não conteve nenhuma modificação.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os Administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os Administradores, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de abril de 2018

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Iara Pasian  
Contadora  
CRC nº 1 SP 121517/O-3

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
<b>CIRCULANTES</b>						<b>CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	84	-	9.000	4	Fornecedores	12	240	-	3.956	727
Títulos e valores mobiliários	5	2.797	-	3.335	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.983	-
Contas a receber	6	-	-	20.664	-	Debêntures	13	3.128	-	3.128	-
Impostos e contribuições a recuperar		3	-	35	-	Dividendos a pagar		5.005	-	5.005	-
Dividendos a receber	8	5.084	-	-	-	Obrigações tributárias		43	-	2.098	33
Outros ativos		217	-	528	234	Outros passivos	15	-	-	5.079	-
Total dos ativos circulantes		8.185	-	33.562	238	Total dos passivos circulantes		8.416	-	21.249	760
<b>NÃO CIRCULANTES</b>						<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Partes relacionadas	9	13.672	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	154.586	-
Ações preferenciais resgatáveis	7	48.000	-	-	-	Debêntures	13	40.989	-	40.989	-
Investimentos - avaliação patrimonial	8	96.752	61.966	-	-	Partes relacionadas	9	20.706	-	20.706	-
Imobilizado	10	-	-	301.255	62.488	Outros passivos		-	-	921	-
Intangível	11	-	-	132	-	Total dos passivos não circulantes		61.695	-	217.202	-
Total dos ativos não circulantes		158.424	61.966	301.387	62.488	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>166.609</b>	<b>61.966</b>	<b>334.949</b>	<b>62.726</b>	Capital social	17	80.431	62.032	80.431	62.032
						Reserva legal		1.054	-	1.054	-
						Lucros (prejuízos) acumulados		15.013	(66)	15.013	(66)
						Total do patrimônio líquido		96.498	61.966	96.498	61.966
						<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>166.609</b>	<b>61.966</b>	<b>334.949</b>	<b>62.726</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	18	-	-	27.860	-
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	19	-	-	(538)	-
LUCRO BRUTO		-	-	27.322	-
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	19	(416)	(21)	(3.221)	(66)
Equivalência patrimonial	8	21.722	(45)	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		21.306	(66)	24.101	(66)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	20	58	-	203	-
Despesas financeiras	20	(226)	-	(2.236)	-
		(168)	-	(2.033)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		21.138	(66)	22.067	(66)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	21	-	-	(930)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		21.138	(66)	21.138	(66)
Número de ações integralizadas - em milhares		80.431	62.032		
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em reais - R\$)		0,26281	(0,00107)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	21.138	(66)	21.138	(66)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>21.138</u>	<u>(66)</u>	<u>21.138</u>	<u>(66)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---



EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		-	-	-	-	-
Integralização de capital:						
Conferência de bens da controladora para Companhia		23.719	-	-	-	23.719
Aumento de capital em dinheiro (AFAC)		38.292	-	-	-	38.292
Aumento de capital em dinheiro		21	-	-	-	21
Prejuízo do exercício		-	-	-	(66)	(66)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	17	<u>62.032</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>	<u>61.966</u>
Aumento de capital em dinheiro		18.399	-	-	-	18.399
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.138	21.138
Constituição de reserva legal		-	1.054	-	(1.054)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	(5.005)	(5.005)
Constituição de reserva de lucros		-	-	15.013	(15.013)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	17	<u>80.431</u>	<u>1.054</u>	<u>15.013</u>	<u>-</u>	<u>96.498</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.138	(66)	21.138	(66)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	1.133	17
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	227	-	2.223	-
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	(58)	(5)	(203)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(21.722)	45	-	-
Variação de ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(20.664)	-
Impostos a recuperar	(3)	-	(35)	-
Outros ativos	(217)	-	(294)	(233)
Fornecedores	240	1	1.019	726
Obrigações tributárias	43	-	2.065	21
Outros passivos	-	-	6.000	-
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-	-	(4.946)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(352)	(26)	7.436	464
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários	(2.739)	5	(3.132)	-
Investimento em sociedades controladas	-	(38.292)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	(233.303)	(38.773)
Integralização de capital em investidas	(18.148)	-	-	-
Partes relacionadas	(13.672)	-	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	(48.000)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(82.559)	(38.287)	(236.435)	(38.773)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Integralização de capital	18.399	38.313	18.399	38.313
Captação de debêntures	48.000	-	48.000	-
Custos a amortizar debêntures	(4.110)	-	(4.110)	-
Captação de empréstimos	-	-	225.000	-
Empréstimos financiamentos e debêntures pagos	-	-	(70.000)	-
Partes relacionadas	20.706	-	20.706	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	82.995	38.313	237.995	38.313
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>8.996</b>	<b>4</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
Saldo inicial	-	-	4	-
Saldo final	84	-	9.000	4
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>84</b>	<b>-</b>	<b>8.996</b>	<b>4</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., é uma "Sociedade por Ações" de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 4º andar, sala 5, Jardim Paulistano, CEP. 01452-910, na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de outubro de 2015.

### 2. ENTIDADES DO GRUPO

#### 2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	2017
Eólica Serra das Vacas V S.A.	26.000	11.600	100%
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	26.000	11.000	100%
	<u>52.000</u>	<u>22.600</u>	

As empresas controladas têm sede no município de São Paulo, estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paranatama, estado de Pernambuco. A construção foi finalizada em agosto de 2017 e operaram em fase de testes entre setembro e novembro de 2017. Em 1º dezembro de 2017, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

#### 2.2. Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 126 de 16 de abril de 2015 e nº 127 de 16 de abril de 2015, foram autorizadas à estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

### 2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, as controladas assinaram contratos de energia de reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017.

As controladas ofertaram, a partir de 1º de outubro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica aos contratos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica.

### 2.4. Riscos das operações

#### a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

#### a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos, e (c) provisão para riscos judiciais. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

### 3.3. Instrumentos financeiros - Ativos

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) contas a receber; (iv) partes relacionadas; e (v) ações preferenciais resgatáveis.

### 3.4. Instrumentos financeiros – Passivos

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) debêntures; e (iv) partes relacionadas.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de Energia de Reserva são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

### 3.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

### 3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

### 3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

### 3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

### 3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

### 3.11. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.



### 3.12. Reconhecimento de receita

#### a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

### 3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

#### Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

### 3.14. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

### 3.15. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações das normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", ainda não entraram em vigor.

O CPC editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a algumas das IFRSs novas e revisadas, abaixo mencionadas.

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas normas, interpretações e alterações tenham efeitos relevantes sobre suas demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

As normas que a Companhia entende que serão aplicáveis às suas demonstrações financeiras são como segue:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - a IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.  Para passivos financeiros, a norma retém a maior parte dos requerimentos da IAS 39.  A principal alteração refere-se aos casos em que o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relacionada ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.  A orientação da IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de "hedge" continua aplicável.	2018
IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes - essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.  A norma substitui a IAS 11 - Contratos de Construção, a IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações.	2018
IFRS16	Define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS17 - <i>Leases</i> e interpretações relacionadas.	2019

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	-	-	1	-
Depósitos bancários	84	-	8.999	4
	<u>84</u>	<u>-</u>	<u>9.000</u>	<u>4</u>

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras (*)	<u>2.797</u>	<u>-</u>	<u>3.335</u>	<u>-</u>
	<u>2.797</u>	<u>-</u>	<u>3.335</u>	<u>-</u>

(\*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os rendimentos médios foram de 99,41% do CDI.

## 6. CONTAS A RECEBER

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecimento de energia elétrica (a)	12.034	-
Fornecimento contratual de energia CER (b)	2.877	-
Receita de energia contratual CER retida pelo CONER – não faturada (c)	<u>5.753</u>	<u>-</u>
	<u>20.664</u>	<u>-</u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica liquidadas no Ambiente de contratação livre e de fornecimento de energia elétrica liquidada no MCP – Mercado de curto prazo.

(b) Saldo referente contratos de Energia de Reserva.

(c) Saldo retido pelo CONER, contratos de Energia de Reserva, devido ao atraso da entrada em operação comercial, com realização prevista no contrato. Conforme cláusula 7.8 do contrato CONER, quando ocorre atraso na entrada em operação, a receita contratual é faturada e será utilizada para cobrir os déficits de geração.

## 7. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	<u>Controladora</u>
	<u>2017</u>
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	<u>48.000</u>

## a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$48.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 15.763.124. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas V S.A.	2,9224	0,0269	2,8955
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	3,1784	0,0336	3,1448

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$475, e parte como reserva de capital no montante de R\$47.525. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$48.000, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	<u>Ações preferenciais resgatadas</u>		<u>Legislação societária</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de emissão</u>	<u>Capitalizadas</u>	<u>Reserva de capital</u>
Eólica Serra das Vacas V S.A.	8.212.303	24.000	(221)	23.779
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	<u>7.550.821</u>	<u>24.000</u>	<u>(254)</u>	<u>23.746</u>
	<u>15.763.124</u>	<u>48.000</u>	<u>(475)</u>	<u>47.525</u>

## 8. INVESTIMENTOS

A composição do saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Avaliação patrimonial	<u>96.752</u>	<u>61.966</u>

a) Movimentação do saldo dos investimentos:

<u>Controlada</u>	<u>2017</u>				
	<u>Saldo em 31.12.2016</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Distribuição de dividendos</u>	<u>Saldo em 31.12.2017</u>
Eólica Serra das Vacas V S.A.	30.923	6.351	8.479	(1.974)	43.779
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	<u>31.043</u>	<u>11.797</u>	<u>13.243</u>	<u>(3.110)</u>	<u>52.973</u>
	<u>61.966</u>	<u>18.148</u>	<u>21.722</u>	<u>(5.084)</u>	<u>96.752</u>

Controlada	2016				
	Saldo em 31.12.2015	Conferência de bens	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31.12.2016
Eólica Serra das Vacas V S.A.	-	30.945	(22)	-	30.923
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	-	31.066	(23)	-	31.043
	-	62.011	(45)	-	61.966

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Empreendimentos	2017			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	167.290	(123.511)	(43.779)	8.479
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	164.557	(111.584)	(52.973)	13.243
	331.847	(235.095)	(96.752)	21.722

  

Empreendimentos	2016			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	31.285	(362)	(30.923)	(22)
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	31.441	(398)	(31.043)	(23)
	62.726	(760)	(61.966)	(45)

## 9. PARTES RELACIONADAS

Contratos de mútuo:

Apresentamos a seguir os respectivos saldos de mútuos ativos e passivos:

Ativo	Controladora	
	2017	2016
Eólica Serra das Vacas V S.A.	9.282	-
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	4.390	-
Subtotal (a)	13.672	-

  

Passivo	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
PEC Energia S.A. (b)	20.706	-

(a) Referem-se a mútuo entre a Companhia e suas controladas com o objetivo de obter capital de giro para financiar a construção dos empreendimentos temporariamente.

(b) Referem-se a mútuo entre a Companhia e sua controladora com o objetivo de obter capital de giro para financiar a construção dos empreendimentos das controladas indiretas temporariamente.

Os contratos (a) e (b) estão pendentes de formalização. Os saldos não têm vencimento predeterminado e não estão sujeitos a encargos financeiros.

Em 15 de março de 2018, a Companhia liquidou os mútuos entre as SPEs e a controladora PEC Energia S.A. no valor de R\$ 13.672 e R\$20.706, respectivamente

## 10. IMOBILIZADO

## a) Imobilizado em curso

	Consolidado							
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	A ratear	Desenvolvimento de projeto	Adiantamento a fornecedores	Material depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	210	2.576	18.480	-	21.266
Aquisições	593	-	-	5.511	-	34.875	-	40.979
Saldo em 31 de dezembro de 2016	593	-	-	5.721	2.576	53.335	-	62.245
Aquisições	75	30.666	235.569	24.311	-	(52.380)	1.661	239.900
Transferências	(668)	(30.666)	(235.569)	(30.032)	(2.574)	(975)	-	(300.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-	1.661	1.661

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado				
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	93	-	93
Aquisições	-	-	167	-	167
Depreciações	-	-	(17)	-	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	243	-	243
Transferências	668	27.548	272.261	7	300.484
Depreciações	-	(81)	(1.052)	-	(1.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	668	27.467	271.452	7	299.594
Segregado em:					
Custo	668	27.548	272.504	7	300.727
Depreciação acumulada	-	(81)	(1.052)	-	(1.133)
	668	27.467	271.452	7	299.594
Vida útil média - em anos	-	31,04	15,29	16,0	
Taxa média de depreciação - em %	-	3,22	6,54	6,25	
Total geral – líquido					<u>301.255</u>



Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

#### 11. INTANGÍVEL

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Servidões	<u>132</u>	<u>-</u>

#### 12. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores de materiais e serviços	<u>240</u>	<u>-</u>	<u>3.956</u>	<u>727</u>

#### 13. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. aprovou, em 27 de outubro de 2017, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. Para esta série foram emitidas 48.000 (quarenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da emissão de R\$48.000 (quarenta e oito milhões de reais).

As debentures serão amortizadas em 28 (vinte e oito) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2018 e juros de 7,31 % ao ano + IPCA. O montante foi liberado à Companhia em dezembro de 2017.

Os recursos líquidos captados em 11 de dezembro de 2017 foram destinados a investimentos nas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A..

A escritura de emissão de debêntures prevê cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>2017</u>
Principal e juros incorridos	48.227
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(4.110)</u>
	<u>44.117</u>
Segregado entre:	
Circulante	3.128
Não circulante	<u>40.989</u>
	<u>44.117</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2019	484
2020	577
2021	866
2022	1.837
2023	2.331
2024 – 2028	21.609
2029 – 2030	<u>13.285</u>
	<u>40.989</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Liberações debêntures	48.000
Juros incorridos	227
Adição custos a amortizar	<u>(4.110)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>44.117</u>

A escritura de emissão de debêntures prevê cláusulas de vencimento antecipado.

Destacamos abaixo a cláusula que diz respeito a índices financeiros:

- a) Não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida – ICSD de 1,20, sendo que (i) o ICSD será considerado como cumprido apenas caso esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20 e sejam depositados recursos de complementação do ICSD, de forma que o ICSD somado aos recursos complementares seja 1,20, conforme metodologia prevista na escritura e (ii) o ICSD estará descumprido caso seja inferior a 1,10. O ICSD será apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais e condições detalhadas na escritura das debêntures a partir do exercício a findar em 31 de dezembro de 2018.

As debêntures contam com as garantias reais resumidas abaixo:

- Penhor em primeiro grau de todas as ações da Companhia e quaisquer benefícios associados à essas ações;
- Penhor em primeiro grau de todas as ações das investidas da Companhia e quaisquer benefícios associados à essas ações;
- Penhor em primeiro grau dos equipamentos de propriedade das investidas;
- Cessão fiduciária pela Companhia dos recursos depositados na conta de pagamento das debêntures, na conta reserva especial Holding II e na conta de complementação do ICSD, bem como direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados entre as controladas e a Companhia;
- Cessão fiduciária pelas controladas dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado e de quaisquer outros contratos ou receitas das controladas.

As debêntures apresentam garantias fidejussórias resumidas abaixo:

- Fianças das controladas que se obrigam, solidariamente entre si e com a Controladora, na qualidade de fiadoras e codevedoras solidárias, pelo fiel, integral e pontual pagamento das obrigações garantidas;

- b) Fianças bancárias até que seja observado o "Completion" físico e financeiro do projeto, conforme condições previstas na escritura.

#### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas com data final de amortização em 15 de março de 2034.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e qualitativos. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., ações das empresas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas. Não há preferência em relação a ordem de execução quanto a um possível vencimento antecipado da dívida (debêntures e empréstimos e financiamentos).

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o empréstimo em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida - ICSD de 1,20, descrito na nota explicativa nº 13, acima.

- a) A movimentação de empréstimos e financiamento BNDES no período é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Liberações do financiamento	155.000
Juros incorridos	<u>1.218</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>156.218</u>

b) A movimentação das demais captações de dívida até a liberação do financiamento é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Liberações do financiamento	70.000
Juros incorridos	5.297
Amortização de juros	(4.946)
Amortização de principal	<u>(70.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>351</u>
Total dos empréstimos e financiamentos	156.569
Segregado entre:	
Circulante	1.983
Não circulante	<u>154.586</u>
	<u>156.569</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2019	9.662
2020	9.662
2021	9.662
2022	9.662
2023	9.622
2024 – 2028	38.647
2029 – 2033	38.647
2034	<u>29.022</u>
	<u>154.586</u>

Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos e financiamentos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

## 15. OUTROS PASSIVOS

O atraso da entrada em operação comercial das controladas da Companhia, gerou um déficit de cumprimento da obrigação contratual com o CONER – contratos de Energia de Reserva.

<u>Empreendimentos</u>	<u>2017</u>		<u>Total da obrigação</u>
	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	
Eólica Serra das Vacas V S.A.	2.859	472	3.331
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	<u>2.220</u>	<u>449</u>	<u>2.669</u>
	<u>5.079</u>	<u>921</u>	<u>6.000</u>

## 16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos seus assessores legais, analisa a necessidade ou não de registro de provisão para riscos judiciais. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requerem a constituição de provisão para riscos.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## 17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado é no montante de R\$80.431 (R\$62.032 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 80.431.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Controladora		
	Capital Subscrito	Quantidade de ações	%
Acionistas:			
PEC Energia S.A.	80.431	80.431.200	100%
	<u>80.431</u>	<u>80.431.200</u>	<u>100%</u>

Em 31 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital social no montante de R\$18.399, representado por emissão de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

## 17.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

## 17.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.

## 18. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u> <u>2017</u>
Suprimento de energia elétrica	29.077
(-) Deduções:	
PIS	(191)
COFINS	(880)
Taxa de fiscalização da Aneel	(146)
	<u>(1.217)</u>
	<u>27.860</u>

19. CUSTO E DESPESAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depreciação e amortização	(1.133)	(17)
Serviços de terceiros	(1.858)	(45)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(538)	-
Arrendamentos e alugueis	(87)	-
Material	(44)	(1)
Outros	(99)	(3)
	<u>(3.759)</u>	<u>(66)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>Controladora</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	<u>58</u>	<u>5</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	<u>(227)</u>	<u>-</u>
	(169)	5
Resultado financeiro, líquido	<u>(169)</u>	<u>5</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	<u>203</u>	<u>-</u>
	203	-
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(6.742)	-
(-) Juros capitalizados	4.519	-
Multas	<u>(14)</u>	<u>-</u>
	<u>(2.236)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(2.033)</u>	<u>-</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do período nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2017	
	IRPJ	CSLL
Suprimento de Energia	29.077	29.077
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.326	3.489
Receitas financeiras	203	203
Base de cálculo	2.529	3.692
Alíquota	15%	9%
Subtotal	(379)	(332)
Adicional de IRPJ	(219)	-
Despesas com IRPJ e CSLL	(598)	(332)

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

	Hierarquia de valor justo	Controladora		
		Classificação	2017	2016
<b>ATIVOS</b>				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	84	-
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	2.797	-
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	48.000	-
Partes relacionadas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	13.672	-
<b>PASSIVOS</b>				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	240	-
Debêntures	Nível 2	Outros passivos financeiros	44.117	-
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	20.706	-
<b>Consolidado</b>				
	Hierarquia de valor justo	Classificação	2017	2016
<b>ATIVOS</b>				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	9.000	4
Contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	20.664	-
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	3.335	-
<b>PASSIVOS</b>				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	3.956	727
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Outros passivos financeiros	156.569	-
Debêntures	Nível 2	Outros passivos financeiros	44.117	-
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	20.706	-

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.



Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 2,95%;
- TJLP: 7,00%;

CDI - acumulado últimos 12 meses: 9,93%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	2017	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Títulos e valores mobiliários	2.797	CDI	278	208	139
Debêntures	(44.117)	IPCA+7,31%	(4.526)	(5.658)	(6.789)
	<u>(41.320)</u>		<u>(4.248)</u>	<u>(5.450)</u>	<u>(6.650)</u>
			Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Consolidado	2017	Índice ao ano			
Debêntures	(44.117)	IPCA+7,31%	(4.526)	(5.658)	(6.789)
Empréstimos e financiamentos	(156.569)	TJLP+2,46%	(14.811)	(18.514)	(22.216)
Títulos e valores mobiliários	3.335	CDI	331	248	166
	<u>(197.351)</u>		<u>(19.006)</u>	<u>(23.924)</u>	<u>(28.839)</u>

#### h) Risco de capitalização

	<u>Consolidado</u> <u>2017</u>
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	200.686
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	<u>9.000</u>
Dívida líquida	191.686
Patrimônio líquido	96.498
Índice de alavancagem financeira - %	199%

## 23. COMPROMISSOS

- As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores – O&M, no montante de aproximadamente R\$1.144 ao ano, com vencimento em 2030, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.
- As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento dos contratos de arrendamentos no montante de aproximadamente R\$550 ao ano, com vencimento em 20 anos, os quais possuem reajuste anual pelo IPCA.

24. SEGUROS (\*)

Objeto	Controladora e Consolidado			
	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	5.000	01/10/2017	01/10/2018	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	279.328	01/10/2017	01/10/2018	Controladas

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2017	
	Controladora	Consolidado
Dividendos a receber	5.084	-
Dividendos a pagar	5.005	5.005
Juros capitalizados	-	4.519
Fornecedores		2.210

  

	2016	
	Controladora	Consolidado
Reestruturação societária – Investimento e integralização de capital	23.719	-
Reestruturação societária – Imobilizado	-	23.992

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro e fevereiro de 2018, as controladas da Companhia quitaram os contratos de infraestruturas firmados com ABB S.A., Dois A Engenharia e Tecnologia Ltda. e Enind Engenharia e Comércio Ltda. no montante de R\$2.210.

Em 15 de março de 2018, a Companhia liquidou os mútuos entre as SPEs e a controladora PEC Energia S.A. no valor de R\$ 13.672 e R\$20.706 respectivamente.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 29 de março de 2018.